



CONTRATO Nº 031/2012

Contrato que celebram o **Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia – DETRAN/RO** e a empresa **W.A.P. DE OLIVEIRA & CIA LTDA**, para os fins que especificam.

O **Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia – DETRAN/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 15.883.796/0001-45, com sede à Rua Dr. José Adelino, nº 4477, bairro Costa e Silva, nesta capital, neste ato representado por seu Diretor Geral Adjunto, **Sr. João Maria Sobral de Carvalho**, brasileiro, casado, portador do RG nº 245.623, SSP/RO e inscrito no CPF/MF sob o nº 048.817.961-00, residente e domiciliado nesta capital, doravante designado **CONTRATANTE** e a empresa **W.A.P. DE OLIVEIRA & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.927.661/0001-10, com sede à Avenida Faquar, nº 3470, Bairro Pedrinhas, no município de Porto Velho /RO, neste ato representado por sua proprietária, **Welita Aline Pereira de Oliveira**, brasileira, portadora do RG nº 653878, da SSP/RO, inscrito no CPF/MF sob o nº 643.910.512-49, residente e domiciliado à Rua das Crianças, nº 4555, Apto 304, Bairro Floresta, no município de Porto Velho/RO, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, proveniente do **Pregão Eletrônico nº 001/2012/DETRAN-RO**, que atende ao Processo Administrativo nº **7.976/2011**, regulando-se pela Lei nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações posteriores, além dos demais dispositivos e legislações aplicáveis à espécie e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente **CONTRATO** tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO**, com dedicação exclusiva de mão-de-obra, fornecimento de materiais de limpeza, saneantes domissanitários e equipamentos para a execução dos serviços, nas dependências das CIRETRAN'S. Postos Avançados e prédios do DETRAN/RO no Interior do Estado de Rondônia, referente aos Lotes 6, 8 e 10 do Pregão Eletrônico nº 001/2012/DETRAN-RO conforme relação abaixo, a pedido da Divisão de Serviços Gerais/DETRAN-RO, de acordo com quantidades e especificações técnicas constantes no ANEXO I - Termo de Referência do Edital.

Lote	Local
6	CIRETRAN Cacoal
6	CIRETRAN Espigão do Oeste
6	CIRETRAN Ministro Andreazza
6	CIRETRAN Parecis
6	CIRETRAN Pimenta Bueno
6	CIRETRAN Primavera de Rondônia
6	CIRETRAN São Felipe do Oeste
8	CIRETRAN Rolim de Moura
8	Alta Floresta
8	CIRETRAN Alto Alegre dos Parecis
8	CIRETRAN Nova Brasilândia D'Oeste
8	CIRETRAN Novo Horizonte
8	CIRETRAN Santa Luzia D'Oeste
8	Posto Avançado de Migrantópolis
10	CIRETRAN Guajará-Mirim
10	CIRETRAN Nova Mamoré



CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL, FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser executados fielmente pelas partes, nas dependências do Departamento Estadual de Trânsito e demais localidades mencionadas na Cláusula Primeira, de acordo com as cláusulas e condições avençadas, normas ditadas pela Lei Federal n.º 8.666/93 e demais Legislações aplicáveis, respondendo cada uma, pelas consequências de suas inexecução total ou parcial.

2.1. Os serviços ora contratados serão executados sob o **regime de empreitada por preço global**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E ORDEM DE PREVALÊNCIA:

Fazem parte integrante deste **CONTRATO**, independentemente de transcrição de suas respectivas redações, e terão plena validade, o Edital e seus anexos e a proposta da **CONTRATADA**, nos termos expressamente aceitos pela **CONTRATANTE**.

3.1. Ocorrendo qualquer dúvida de interpretação ou divergência entre este **CONTRATO** e os demais documentos mencionados acima ou entre estes últimos, prevalecerá o **EDITAL** e depois os referidos documentos na ordem em que estão nomeados.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR:

4.1 O valor contratado é de **R\$ 53.341,08** (cinquenta e três mil trezentos e quarenta e um reais e oito centavos) **mensais**, totalizando **R\$ 640.092,96** (seiscentos e quarenta mil noventa e dois reais e noventa e seis centavos), **pelo período de 12 (doze) meses**, contados do início da prestação dos serviços.

4.2 Não serão admitidos como justificativas para embasar pedidos de revisão do valor dos serviços, eventuais reajustes salariais concedidos pela **CONTRATADA** a seus empregados, em razão de convenção coletiva ou acordo coletivo, cujos termos colidam com a política econômica do Governo Federal, ou que concedam aumentos salariais e/ou vantagens não praticadas por outros setores da economia, ou antecipações e benefícios não previstos originariamente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES E DOCUMENTOS SUPORTES PARA PAGAMENTO:

5.1 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 15 (quinze) dias contados da data de atestação pelo Gestor do Contrato, da Fatura/Nota Fiscal, **aplicadas as retenções legais**.

5.2 O **CONTRATANTE** não se obriga a efetuar o pagamento de Faturas/Notas Fiscais:

I - apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;

II - desacompanhada do relatório mensal das atividades executadas;

III - não autorizadas pelo fiscal do contrato.



5.3 A CONTRATADA apresentará junto com a Nota Fiscal discriminativa da execução do objeto do presente Contrato, comprovantes de pagamento dos empregados relativos ao mês vencido e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais, bem como a quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a presente contratação.

5.4 Quando do pagamento de eventuais horas extras, a CONTRATADA deverá apresentar Fatura própria, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, acompanhada da solicitação para sua realização e do relatório de atividades executadas.

5.5 O pagamento, quando houver repactuação, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido.

5.6 Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar com a Nota Fiscal a comprovação de sua situação regular perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como a quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a contratação.

5.7 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

5.8. A CONTRATADA, na forma exigida através da Instrução Normativa n.º 002/CGE/2005, deverá apresentar atualizados, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I- Certidão Negativa de Tributos Federal;

II- Certidão Negativa de Tributos Estadual;

III- Certidão Negativa do INSS;

IV- Certidão Negativa do FGTS;

V- Certidão Negativa de Tributos Municipal;

VI- Certidão da Dívida Ativa da União;

VII- Certidão da Dívida Ativa Estadual;

VIII- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, relativa a comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011).

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

6.1 Os preços são fixos e irrevogáveis de acordo com a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, no prazo de vigência igual ou inferior a 12 (doze) meses, sendo reajustado mediante regulamentação do poder Executivo Federal, aplicável à matéria.

6.2 No caso de eventual atraso de pagamentos, desde que não tenha a CONTRATADA contribuído de qualquer forma para sua ocorrência, mediante pedido, deverá incidir, sobre o valor devido, atualização financeira a partir do dia posterior ao vencimento até a data do efetivo pagamento, tendo como base o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – **IPCA**, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **IBGE**, *pro rata tempore*.



CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO

7.1. Será admitida a **repactuação de preços** na presente contratação, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, conforme estabeleça o art. 5º do Decreto Federal nº 2.271/97, observados o interregno mínimo de 01 (um) ano e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, analisada pelo setor competente do DETRAN, mediante relatório circunstanciado e conclusivo, que será levado ao conhecimento do DEAF.

7.1.1. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no subitem 7.1, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

7.1.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

7.1.3. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

- a) Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado; ou
- b) Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

7.2.1. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão-de-obra da contratação pretendida;

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

7.4. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação e analisado pelos setores indicados no item 7.1.

7.4.1. A inércia da adjudicatária implicará a perda dos valores retroativos a que faria jus, no caso de inobservância do prazo previsto no subitem anterior;

7.4.2. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal,



sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

7.4.3. Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

- a) Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- b) As particularidades do contrato em vigência;
- c) A nova planilha com a variação dos custos apresentada, comparada com a proposta original indicados no item 7.1;
- d) Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- e) A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

7.5. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

7.6. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

7.7. O prazo referido no subitem 7.5 ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos;

7.8. O órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

7.9. As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

7.10. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c) Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

7.11. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.12. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.



7.13. Caso haja necessidade de revisão dos valores contratados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato para restabelecer a relação entre os encargos da Contratada e a retribuição do Contratante, pactuada inicialmente entre as partes, a Contratada deverá comprovar a configuração da **área econômica extraordinária e extracontratual** (crises econômicas, desastres naturais e oscilações de câmbio), nos termos do art. 65, Inciso II, letra "d", da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste Contrato para o exercício de 2012 correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao CONTRATANTE: Programa de Trabalho 0412210152281, Fonte 3240, elemento de despesa 3390.39, conforme **Nota de Empenho 2012NE00539** de 05/06/2012.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da **data da sua assinatura**, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei n. 8666/93.

9.1 Caso o contrato seja prorrogado, admite-se repactuação dos preços da mão-de-obra, com base na variação dos componentes dos custos ocorrida no período, devidamente justificada e demonstrada em planilha, conforme Decreto Federal nº 2.271/1997.

9.2 Incumbirá à Contratada a iniciativa e o encargo da demonstração analítica a ser aprovado pelo CONTRATANTE.

9.3 O prazo de tolerância para o início da execução dos serviços fica fixado em até **15 (quinze) dias**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviços.

9.4 Toda prorrogação deverá ser precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, ou por regulamentação da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração.

CLÁUSULA DEZ – DA GARANTIA DO CONTRATO:

Para segurança do CONTRATANTE quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA deverá optar, no montante de 5% (**cinco por cento**) do valor global anual do Contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia:

I- caução em dinheiro;

II- seguro garantia;

III- fiança bancária.

10.1. A CONTRATADA deverá apresentar a garantia contratual impreterivelmente em **15 (quinze) dias**, a contar da data em que o representante da empresa assinar o Contrato, sob penal de ser-lhe imputada multa de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

10.2. A garantia contratual deverá ter validade durante toda a vigência do Contrato.



10.3. Caso o valor ou o prazo do documento sejam insuficientes para garantir este Contrato, a CONTRATADA providenciará, compulsoriamente, tantos aditamentos quantos forem necessários até o término da vigência contratual prevista.

10.4. A garantia prestada pela CONTRATADA só será liberada ou restituída após o término da vigência do presente Contrato, sem quaisquer acréscimos ou juros.

10.5. A CONTRATANTE se reserva o direito de a qualquer tempo, descontar da caução e demais garantias prestadas, toda e qualquer importância que for devida pela CONTRATADA, por descumprimento ou infringência das cláusulas ajustadas no presente instrumento de avença.

CLÁUSULA ONZE – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 O Contrato decorrente do objeto desta licitação terá como **Gestor** o Chefe da Seção de Serviços Gerais ou outro responsável pelo acompanhamento dos serviços, indicado pela Administração;

11.2 O Gestor do Contrato terá como responsabilidade o controle, a fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços desta licitação;

11.3 Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

- a) Examinar a CTPS dos empregados da Contratada e por esta colocados para execução do objeto desta licitação, como forma de comprovação do registro de sua respectiva contratação;
- b) Solicitar à Contratada, através de seus representantes, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- c) Anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do objeto, conforme previsto no edital e no contrato, registrando eventuais descumprimentos e, conforme o caso, as providências que foram adotadas visando à perfeita execução contratual;
- d) Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada, compatível com os registros previstos na alínea anterior, no que se refere à execução do contrato;
- e) Emitir pareceres (relatórios) em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de eventuais sanções, alterações e repactuações do contrato;
- f) Vistoriar os uniformes e complementos a serem utilizados nos serviços pelos funcionários da contratada.

11.4. A Fiscalização compete, entre outras atribuições:

I- solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste Contrato;



II- ordenar a CONTRATADA corrigir, refazer ou reconstruir as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

III- acompanhar e aprovar os serviços executados;

IV- atestar a execução dos serviços;

V- encaminhar à Diretoria Executiva Administrativa e Financeira da CONTRATANTE os documentos que relacionem as importâncias relativas a multas aplicadas à CONTRATADA, bem como os referentes a pagamentos.

11.5. A ação da Fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DOZE – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA obriga-se a realizar o objeto do presente Contrato nas condições, preços e prazos estabelecidos no Edital de **Pregão Eletrônico n.º 001/2012** e seus anexos, em sua proposta e neste Contrato.

12.1 A CONTRATADA, através de seu **encarregado**, deverá apresentar-se ao Gestor do contrato previamente ao início dos trabalhos, para tomar conhecimento das normas estabelecidas para a retirada e entrega de equipamentos e demais condições exigidas.

12.2 A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão-de-obra, materiais de consumo, os equipamentos e as ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços, devendo aqueles permanecerem no local da prestação destes, após receberem prévia aprovação do Contratante, o qual poderá rejeitá-los, caso não sejam equipamentos novos e de primeira qualidade;

12.3 A CONTRATADA deverá prestar os serviços através de mão-de-obra qualificada e treinada, refazendo, em tempo razoável, aqueles que não atendam a boa técnica, a critério e após notificação do Fiscal do contrato.

12.4 Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências nas quais serão realizadas o objeto deste contrato;

12.5 Selecionar os empregados que irão prestar os serviços, utilizando-se de pessoas portadoras de atestados de boa conduta e demais referências, com funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

12.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE;

12.7 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seu preposto;

12.8 Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;

12.9 Utilizar, sob sua inteira responsabilidade, toda a competente e indispensável mão-de-obra, devidamente habilitada e treinada, para execução dos serviços contratados, recomendando ao pessoal, quando em atividade, de abster-se de executar quaisquer



atividades alheias ao desempenho da missão que lhe for confiada. **Durante a execução dos serviços, os funcionários deverão permanecer devidamente uniformizados e identificados;**

12.10 Manter, durante o trabalho, representantes capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos contratuais assumidos;

12.11 Responsabilizar-se pelos danos pessoais e materiais causados por seus funcionários quando na execução dos serviços contratados, bem assim pelos danos decorrentes dos serviços prestados.

12.12 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

12.13 Não subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir total ou parcialmente os serviços objeto desta licitação;

12.14 Proceder ao atendimento emergencial, em caso de necessidade, respeitada a legislação trabalhista. Na ocorrência de greve da categoria a CONTRATADA obriga-se à prestação dos serviços, por meio de esquema de emergência;

12.15 Manter os serviços contratados em número, qualidade, técnica e condições especificadas, com supervisão de profissional técnico responsável, aceitando vistorias por parte da CONTRATANTE;

12.16 Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste instrumento de Contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;

12.17 Disponibilizar pessoal para realização de horas-extras sempre e somente quando o Contratante formalmente o solicitar, devendo este fazê-lo com antecedência mínima de dois dias úteis;

12.18 Ressarcir e/ou repor, de imediato, o bem físico eventualmente danificado, destruído ou desaparecido no processo da prestação de serviços, responsabilizando-se pelos prejuízos à CONTRATANTE, bem como de terceiros prejudicados, desde que comprovada a ação ou omissão por parte da Contratada;

12.19 Controlar a assistência prestada por meio de formulários próprios, sempre sob a orientação da Fiscalização;

12.20 Responder por todos os ônus decorrentes da execução dos serviços como: salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, além das taxas, impostos e seguros. A inadimplência da Contratada com relação a estes encargos não transfere à Administração a responsabilidade por seus pagamentos nem poderá onerar o objeto do contrato;

12.21 Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento, sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público;

12.22 Manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2012**, comprometendo-se a comunicar ao



contratante qualquer alteração superveniente e a apresentar os comprovantes de regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Fazenda Pública Federal sempre que solicitado.

12.23. Não será permitido ao pessoal da CONTRATADA o acesso aos serviços que não aqueles relacionadas ao seu trabalho;

12.24 Responsabilizar-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive parafiscais), que direta ou indiretamente, incidam ou vierem a incidir sobre a presente contratação;

12.25 Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes da paralisação parcial ou total na execução dos serviços;

12.26 Caso, a qualquer tempo a **CONTRATANTE** ou a **CONTRATADA**, sejam favorecidas com benefícios fiscais, isenções e/ou reduções tributárias, as vantagens auferidas refletirão numa redução do preço.

CLÁUSULA TREZE – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

O **CONTRATANTE**, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

13.1 - Autorizar a contratada, após a assinatura do Contrato, o início da prestação dos serviços abrangidos pelo objeto do contrato;

13.2 - Orientar a **CONTRATADA** acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;

13.3 - Dar conhecimento à **CONTRATADA** acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;

13.4 - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

13.5 - Manifestar-se sobre o relatório mensal das atividades executadas pela **CONTRATADA**;

13.6 - Rejeitar, caso inadequados ou irregulares, os serviços prestados pela **CONTRATADA**;

13.7 - Notificar a **CONTRATADA**, na ocorrência da situação prevista no inciso anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato;

13.8 - Notificar a **CONTRATADA** acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

13.9 - Manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela **CONTRATADA**;

13.10 - Solicitar eventualmente, a seu critério, com antecedência mínima de dois dias úteis do início dos serviços, a realização de horas-extras;

13.11 - Efetuar o pagamento à Contratada, após verificada a regularidade da nota



fiscal/fatura e de acordo com as condições, preços prazos estabelecidos neste contrato.

13.12 - Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

13.13 - Após a assinatura do Contrato, o CONTRATANTE, através de Portaria do seu Diretor Geral, designará, formalmente, servidor ou comissão de servidores para exercerem acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

CLÁUSULA CATORZE – DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA:

Em caso de atraso injustificado, execução parcial ou inexecução do compromisso assumido com o DETRAN-RO, a adjudicatária ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida prévia e ampla defesa, às seguintes cominações, cumulativamente ou não:

I - Advertência;

II - Suspensão temporária de participar de licitações e impedimentos de contratar com a Administração do DETRAN-RO pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

III - Multas, nos seguintes percentuais:

a) Primeira reincidência, multa de 1% (um por cento), calculado sobre o valor global do Contrato;

b) Segunda reincidência, multa de 2% (dois por cento), sobre o valor global do Contrato;

c) Terceira reincidência caracterizará a inexecução do contrato.

14.1 Se a adjudicatária, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho e/ou assinar o Termo Contratual ou se não apresentar situação regular na ocasião da emissão da Nota de Empenho, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se à aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

14.2 A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

14.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Departamento, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder a cobrança judicial da multa.

14.4 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedor do DETRAN-RO e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, especialmente àquela prevista no art. 93.



14.5 Comprovado o impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do DETRAN-RO, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades acima mencionadas.

14.6 As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

CLÁUSULA QUINZE – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA:

A CONTRATADA declara, no ato da assinatura do presente Contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO:

A CONTRATADA obriga-se aceitar eventuais alterações nos serviços para melhor adequação técnica aos seus objetivos, as que serão objeto de Termo Aditivo, respeitando o limite previsto no artigo 65, parágrafo 1º, da lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DEZESETE – DA PUBLICAÇÃO:

A publicação resumida do presente Contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DEZOITO – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL:

O presente **CONTRATO** poderá ser rescindido, no todo ou em parte, por conveniência administrativa, a qualquer tempo, mediante notificação, através de Ofício direto ou via postal, com prova de recebimento, através de parecer fundamentado, assegurados, todavia, os direitos adquiridos pela **CONTRATADA** (em conformidade com os arts. 78, 79 e 80 da Lei Federal n.º 8.666/93).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O inadimplemento, por parte da **CONTRATADA**, de quaisquer das cláusulas e disposições deste **CONTRATO**, implicará na sua rescisão ou na sustação do pagamento, relativo aos serviços já executados, a critério da **CONTRATANTE**, independentemente de qualquer procedimento judicial, sujeitando-se, ainda, a **CONTRATADA**, às penalidades previstas no **Capítulo IV Seção II (Sanções Administrativas) da Lei n.º 8.666/93**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATANTE** poderá valer-se das disposições constantes no "caput" desta cláusula se a **CONTRATADA** contrair obrigações para com terceiros que possam, de certa forma, prejudicar a execução do objeto ora contratado, bem como:

a) Retardar, injustificadamente, o início da execução dos serviços, por mais de 3 (três) dias corridos, contados da data do recebimento da Ordem de Serviços;

b) Interromper a execução dos serviços, sem justo motivo;

c) Ocasionar atraso na entrega dos serviços, objeto do presente **CONTRATO**;

d) Deixar de recolher ou integralizar as cauções ou demais garantias, bem como não pagar as multas dentro dos prazos fixados pela **CONTRATANTE**;



PARÁGRAFO TERCEIRO: Em caso de suspensão da execução do **CONTRATO**, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurado a **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

PARÁGRAFO QUARTO: Em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**, decorrentes do fornecimento e serviços, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a **CONTRATADA**, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

CLÁUSULA DEZENOVE – DA UTILIZAÇÃO DO NOME DA CONTRATANTE:

A **CONTRATADA** não poderá, salvo em *curriculum vitae*, utilizar o nome do **CONTRATANTE** ou sua qualidade de **CONTRATADA** em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos, etc., sob pena de imediata rescisão do presente Contrato.

19.1. A **CONTRATADA** não poderá, também, pronunciar-se em nome do **CONTRATANTE** à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como a sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

CLÁUSULA VINTE – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS:

A execução do presente Contrato bem como os casos omissos regular-se-ão pelas Cláusulas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do artigo 54, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com o Inciso XII, do Artigo 55, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA VINTE E UM - DA FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO:

Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou caso fortuito, nos termos previstos na legislação vigente, que obste o cumprimento pela **CONTRATADA** dos prazos e demais obrigações estatuidas neste **CONTRATO**, ficará a mesma isenta das multas e penalidades pertinentes.

CLÁUSULA VINTE E DOIS - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Executado o Contrato, o seu objeto será recebido conforme disposto no inciso I, alíneas "a" e "b" do artigo 73, da Lei Federal 8.666/93 (Licitações e Contratos Administrativos), observados os seguintes procedimentos:

22.1 – Provisoriamente, pelo Gestor do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 05 (cinco) dias da apresentação da Nota Fiscal emitida pelo Contratado;

22.2 – Definitivamente, pelo Gestor do Contrato ou comissão designada pela Autoridade Competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria, não superior a 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.



CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

A Direção Geral do CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentam em motivos de caso fortuito ou de força maior.

23.1. Para os casos previstos no caput desta cláusula, o CONTRATANTE poderá atribuir a sua CORREGEDORIA, por ato próprio, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que fundamentem naqueles motivos.

23.2. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

23.3 São partes integrantes deste Contrato, independentemente de transcrição no mesmo, as condições estabelecidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2012**, seus anexos e a proposta comercial da contratada.

23.4 Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente Contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da firma.

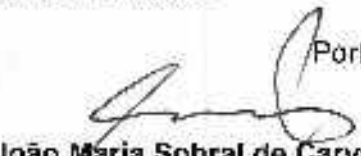
23.5 Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuidas neste Contrato, as quais permanecerão íntegras.

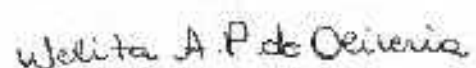
CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DO FORO:

Fica eleito pelas partes o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive as questões entre a empresa CONTRATADA e a CONTRATANTE, decorrentes da execução deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente TERMO DE CONTRATO, em 4 vias que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, para posteriormente ser devidamente registrado à fl. do Livro Especial de Registros de Contratos, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, através de processo reprográfico, devidamente certificado pela Assessoria e Chefia de Seção da Procuradoria Geral do DETRAN/RO.

Porto Velho-RO, 12 de junho de 2012.


João Maria Sobral de Carvalho
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO
Contratante


Welita Aline Pereira de Oliveira
(W.A.P. DE OLIVEIRA & CIA LTDA)
Proprietária da Contratada



Visto:

Christianne Gonçalves Garcez - Procuradora Geral Adjunta do DETRAN/RO

Fernando Nunes Madeira - Subprocurador de Contratos e Convênios

Testemunhas:

1 -	<i>[Signature]</i>	2 -	<i>[Signature]</i>
Nome:	<i>Renato de Souza</i>	Nome:	<i>Christianne de S. Garcez</i>
CPF:	<i>306.419.220</i>	CPF:	<i>019.373.902-99</i>
RG:	<i>12.2.232</i>	RG:	<i>1184531-559/RO</i>